



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARCELA MARINHO DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE
PROFESSORES (AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENFRENTAMENTO
DO PRECONCEITO RACIAL**

GUARABIRA/PB
2021

MARCELA MARINHO DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE
PROFESSORES (AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENFRENTAMENTO
DO PRECONCEITO RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Étnico-racial na Educação Infantil.

Área de concentração: Educação Étnico-Racial na Educação Infantil

Orientadora: Prof^a Ms^a Sheila Gomes de Mélo

**GUARABIRA/PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O546e Oliveira, Marcela Marinho de.
A educação étnico-racial nas práticas e experiências de professores (às) da Educação Infantil para o enfrentamento do preconceito racial [manuscrito] / Marcela Marinho de Oliveira. - 2021.
62 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educação Étnico-Racial. 2. Educação Infantil. 3. Formação inicial. 4. Preconceito racial. I. Título
21. ed. CDD 372.24

MARCELA MARINHO DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES (AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO RACIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Étnico-racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Étnico-racial na Educação Infantil.

Área de concentração: Educação Étnico-Racial na Educação Infantil

Aprovada em: 17/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ms.^a Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dr.^a Rita de Cássia da Rocha Cavalcante (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Isaías Julio de Oliveira (Examinador)
(SEDUC/PE)

A Deus, que de forma tão especial, cuida de cada detalhe da minha vida, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria e inspiração na construção desse trabalho, também pela força e fé que me mantém de pé todos os dias.

Ao meu amado esposo, por todo incentivo e encorajamento, mostrando-me ser capaz de concluir mais uma etapa de estudos em minha vida. Por todo amor e confiança em mim, agradeço.

A minha querida professora e orientadora Sheila Gomes, por sua disponibilidade, compromisso, amizade. Por todas as orientações realizadas com tanto profissionalismo e carinho, sempre com suas palavras de incentivo e autoestima, obrigada!

Por todos os professores do Curso que contribuíram com os seus conhecimentos e saberes, me proporcionando assim grandes aprendizados.

Aos colegas de turma, especialmente minha companheira de viagem, pelas caronas, conversas e compartilhamento de ideias.

A todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e a conclusão do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial, meu muito obrigado.

[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (BRASIL.MEC. 2004, p. 14).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a Educação Étnico-Racial nas práticas e experiências de professores(as) da Educação Infantil para o enfrentamento do preconceito racial. Consiste na síntese de uma pesquisa realizada com quatro professoras atuantes na educação infantil a fim de responder a seguinte questão: Como as práticas e as experiências de professores (as) da Educação Infantil são desenvolvidas numa perspectiva de Educação Étnico-Racial visando contribuir para o enfrentamento do preconceito racial na escola? A pesquisa é de cunho qualitativo e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista estruturada. Para a análise dos dados adotamos a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Como fundamentação teórica utilizamos as ideias de autores como: Cavalleiro (2000) e (2006), Gomes (2012), Lopes (2005), Munanga (2005), Santana (2006) e outros. Com base nos dados coletados, pode-se concluir que os(as) professores(as) vêm fazendo sua parte na aplicação da Lei Nº 10.639/03 em suas salas de aulas, embora muitas vezes não atenda à coletividade e/ou a interdisciplinaridade necessária para termos resultados e mudanças cada vez mais significativas em virtude das circunstâncias em que os sistemas de ensino abordam a temática racial. Compreendemos também que os estudos e as discussões ofertadas na formação inicial do(a) pedagogo(a), são fundamentais para que esses profissionais possam intervir pedagogicamente diante da reprodução de preconceitos raciais na educação infantil. Portanto, conclui-se que esta pesquisa não foi esgotada e ainda se faz necessário o desenvolvimento de estudos e discussões sobre a Lei Nº 10.639/03 que venham a contribuir com o enfrentamento do preconceito racial na educação infantil, espaço privilegiado para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação.

Palavras-Chave: Educação Étnico-Racial. Educação Infantil. Formação inicial. Preconceito racial.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on Ethnic-Racial Education in the practices and experiences of early childhood education teachers to face racial prejudice. It consists of the synthesis of a survey carried out with four teachers working in early childhood education in order to answer the following question: How the practices and experiences of early childhood education teachers are developed from a perspective of Ethnic-Racial Education in order to contribute to coping of racial prejudice at school? The research is qualitative and the instrument used for data collection was a structured interview. For data analysis we adopted Bardin's (2011) Content Analysis technique. As theoretical foundation we use the ideas of authors such as: Cavalleiro (2000) and (2006), Gomes (2012), Lopes (2005), Munanga (2005), Santana (2006) and others. Based on the data collected, it can be concluded that teachers have been doing their part in the application of Law No. 10.639/03 in their classrooms, although it often does not meet the collectivity and/or interdisciplinarity necessary for to have increasingly significant results and changes due to the circumstances in which education systems address the racial issue. We also understand that the studies and discussions offered in the initial training of pedagogues are essential for these professionals to be able to intervene pedagogically in the face of the reproduction of racial prejudices in early childhood education. Therefore, it is concluded that this research has not been exhausted and it is still necessary to develop studies and discussions on Law No. 10.639/03 that will contribute to the fight against racial prejudice in early childhood education, a privileged space to promote the elimination of any form of prejudice, racism and discrimination.

Keywords: Ethnic-Racial Education. Child education. Initial formation. Racial prejudice.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Análise de conteúdo.....	28
QUADRO 2 – Perfil das professoras entrevistadas.....	53
QUADRO 3 – Transcrição das entrevistas.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 2. A LEI Nº 10.639/03 E AS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	12
2.1. A Lei Nº 10.639/03 e suas implicações para a escola.....	12
2.2. O preconceito racial na Educação Infantil: o espaço escolar e suas múltiplas faces.....	15
CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DOCENTE E AS EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA ESCOLAR.....	19
3.1 A formação da profissão docente: relações étnico-raciais em questão.....	19
3.1.1 O curso de Pedagogia na UEPB-Guarabira (Campus III).....	21
3.2 Experiências de enfrentamento do preconceito racial na escola.....	24
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA.....	27
4.1. Tipo de pesquisa.....	27
4.2. Caracterização dos Sujeitos.....	26
4.3 Instrumentos de pesquisa.....	27
4.4 Análise e discussão dos dados.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	54

1. INTRODUÇÃO

Somos conhecedores da existência de inúmeras formas de discriminação e preconceitos em que muitas pessoas sofrem em nosso país, sobretudo as negras. Vivemos em uma sociedade racista e preconceituosa, onde negros (as) são estereotipados (as), sofrem violências e racismo e que, por muitas vezes, a sociedade finge não notar ou mais grave, se prega uma igualdade racial que não existe. E quando pensamos nessas relações no espaço escolar, podemos nos perguntar: O que fazer? Como intervir nas formas de preconceito racial na sala de aula? Podemos até dizer que parece clichê continuar discutindo essas questões, mas sabemos bem do quanto o tema é atual e necessária sua discussão no espaço escolar e acadêmico.

O preconceito é histórico e cultural e vai sendo incorporado nas vivências da criança. Por isso, há a necessidade da escola trabalhar as questões raciais a fim de promover uma concepção identitária enquanto sujeito social, negro ou não. Bem como, também, desenvolver práticas que valorizem as diferenças e promovam o respeito, a igualdade e o enfrentamento ao racismo, tendo em vista que nos “[...] primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo” (BRASIL, 2003 *apud* BRASIL. MEC. 2014, p. 14).

Desta forma, propõe-se identificar como as práticas e as experiências em Educação Étnico-Racial são vivenciadas nas relações do cotidiano escolar pelos (as) professores (as) da Educação Infantil e como estas contribuem para o enfrentamento do preconceito racial. Para Munanga (2005), alguns professores, por falta de formação adequada ou por preconceitos internalizados, não se utilizam das situações flagrantes de “[...] discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional” (MUNANGA, 2005, p. 15).

Diante da ampla discussão acerca do tema abordado, faremos um recorte metodológico no qual se busca responder a seguinte problemática:

Como as práticas e as experiências de professores (as) da Educação Infantil são desenvolvidas numa perspectiva de Educação Étnico-Racial visando contribuir para o enfrentamento do preconceito racial na escola?

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo geral refletir sobre a Educação Étnico-Racial nas práticas e experiências de professores(as) da Educação Infantil para o enfrentamento do preconceito racial. Para isso, buscaremos: Identificar as práticas de professores (as) de Educação Infantil em relação à aplicação da Lei nº 10.639/2003; Caracterizar as experiências de professores(as) de Educação Infantil relativas à formação docente; e Relacionar as práticas e as experiências dos/das professores(as) em Educação Étnico-Racial para o enfrentamento do preconceito racial na Educação Infantil.

A realização deste trabalho justifica-se pelas vivências e experiências enquanto aluna dos Cursos de Graduação em Pedagogia e de Pós-Graduação no Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil (CH-UEPB). A partir dos estudos dos componentes curriculares, nos estágios e nas vivências acadêmicas de modo geral, despertei em mim um novo olhar em relação aos diferentes preconceitos, mas, sobretudo, o preconceito racial e todas as consequências que ele pode causar na vida da pessoa que sofre e que é vítima.

Como profissional da educação e educadora, percebo que a temática racial ainda é, infelizmente, pouco trabalhada nas escolas. Por isso, a necessidade de discutir a aplicabilidade da Lei Nº 10.639/2003 e como as práticas desenvolvidas por professores (as) e suas experiências de formação docente contribuem para o enfrentamento do preconceito racial nas relações cotidianas nas salas de aulas de Educação Infantil.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos dos quais: O *Capítulo 2* trata sobre a Lei Nº 10.639/03 e as práticas em Educação Étnico-Racial abordando as implicações para a escola em seus aspectos históricos e legais, discutindo também sobre a educação infantil como espaço privilegiado para a eliminação das formas de preconceito, racismo e discriminação; O *Capítulo 3* discute sobre a formação docente e as experiências desenvolvidas nas escolas no qual abordaremos a formação inicial do docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais e, para isso, apresentaremos o curso de Pedagogia na UEPB-Guarabira (Campus III) mostrando como a

temática racial está inserida em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Ainda nesse capítulo, abordaremos as situações de preconceito nas escolas, mostrando como o silenciamento pode afetar negativamente a vida da criança e futura adulta e as formas possíveis de como intervir diante de situações de preconceito em sala de aula; O *Capítulo 4* é destinado aos aspectos metodológicos da pesquisa e a análise e discussão dos dados. Por fim, faremos as Considerações Finais acerca deste trabalho e suas contribuições para os estudos das Relações Étnico-Raciais nas práticas e experiências de professores.

CAPÍTULO 2: A LEI Nº 10.639/03 E AS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (BRASIL.MEC. 2004, p. 14).

As desigualdades impostas aos diferentes grupos étnicos existem desde sempre e marcam conflitos e situações de marginalização dos grupos dominadores sobre os menos prestigiados. Esses conflitos se fazem presentes na sociedade e na escola, de forma bastante expressiva. Para mudar essa realidade, a Educação para as Relações Étnico-Raciais é fundamental.

A Lei Nº 10.639/03 é resultado das lutas e reivindicações dos Movimentos Sociais Negros para as mudanças necessárias na educação a fim de atender aos anseios do público negro. Com foco na Educação Infantil, buscaremos compreender como as crianças estão inseridas no meio social e como estas podem, inconscientemente, reproduzir práticas discriminatórias no ambiente escolar. Diante disso, o papel do(a) professor(a) torna-se fundamental para as intervenções pedagógicas necessárias, pois as práticas preconceituosas podem afetar a autoestima da criança negra e, conseqüentemente também, sua vida futura e em sociedade.

2.1. A Lei Nº 10.639/03 e suas implicações para a escola

A abolição da Escravatura foi apenas o primeiro passo na luta pela liberdade e por uma legítima inserção do negro na sociedade brasileira. Após receberem suas alforrias, os escravos foram colocados na vida social sem as mínimas condições necessárias para a sobrevivência, levando-os a exclusão social e a miséria. Toda a história do negro o leva a conseqüências que se perpetuam até hoje na sociedade. Santos (2005) analisa que,

[...] logo os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fôra apenas o primeiro passo para a obtenção da igualdade ou, se se quiser, para a igualdade racial, pois o racismo não só permanecia como inércia ideológica, como também orientava fortemente a sociedade brasileira no pós-abolição (SANTOS, 2005, p. 21).

A partir da conscientização de que se faziam necessárias mudanças em relação à população negra, iniciaram-se inúmeras lutas em defesa de melhores condições e oportunidades sociais, mas, sobretudo, pela igualdade racial, contra a discriminação e o racismo tão fortes e presentes na sociedade, como afirma o trecho acima.

Dentre as várias reivindicações, houve uma preocupação com a educação formal para os negros entendida “[...] como uma condição necessária à superação da exclusão sócio-racial a que estavam submetidos” (SANTOS, 2005, p. 22). Neste contexto, a Frente Negra Brasileira (FNB) teve um papel muito importante na luta por uma educação que atendesse as aspirações do povo negro diante da exclusão e do preconceito. Domingues (2016) relata que segundo a FNB:

Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo. (DOMINGUES, 2016, p. 339).

Observamos acima o poder da educação que seria capaz de transformar a realidade social em que os negros vivenciavam cotidianamente no Brasil. No entanto, a partir desse entendimento e da necessidade de uma educação para a diversidade, foi percebido que a produção e a reprodução da discriminação racial contra negros e descendentes faziam parte também do sistema de ensino brasileiro e seriam necessárias mudanças. A partir de então, os Movimentos Sociais Negros iniciaram as reivindicações para a inclusão do estudo do continente africano, suas lutas, cultura e a importância do negro na formação da sociedade brasileira nos currículos das escolas brasileiras. (SANTOS, 2005).

Foram anos de lutas e reivindicações dos Movimentos Negros em relação a modificações necessárias nos sistemas de ensino, nos livros didáticos, na formação de professores, enfim, a luta por uma educação que viesse ao combate da discriminação racial. Até que, em 9 de janeiro de 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “[...] reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, [...] as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando

prosseguimento à construção de um ensino democrático” (SANTOS, 2005, p. 32), sancionou a Lei Nº 10.639, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A Lei Nº 10.639/2003 dispõe que:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003 *apud* BRASIL.MEC. 2004, p. 35).

Desta forma, a referida Lei tem como principal marco a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, de todo o país. Os conteúdos a serem trabalhados devem convergir para uma formação educacional que reconheça os fatos históricos em relação ao negro, conheça sua cultura e seus saberes, compreendendo a formação da sociedade brasileira a partir das contribuições do negro e refletindo sobre as implicações históricas de que decorrem os processos de preconceito, discriminação e exclusão social do negro.

A Lei Nº 10.639/2003 representa o resultado de reivindicações de grandes movimentos sociais e pessoas comprometidas com uma educação democrática e igualitária durante mais de meio século. Com a promulgação da referida Lei, as escolas, públicas e privadas, de todo o país passaram a reconhecer a história e a cultura dos povos africanos e afro-brasileiros e sua importância para a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL. MEC. 2004),

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. [...] Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus

antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL.MEC. 2004, p. 12).

Desta forma, a Lei Nº 10.639/2003 veio no intuito de modificar a realidade de tantos estudantes negros que sofrem preconceitos e passam por processos discriminatórios cotidianamente nos espaços escolares. Enfrentar este problema nunca foi tarefa fácil em virtude do ideal de democracia racial que o brasileiro insiste em disseminar. No entanto, valorizar e respeitar a cultura e a história do povo negro, trazendo-as para a escola, é fundamental para que negros e não negros possam aprender juntos o respeito e a valorização da diversidade.

2.2. O preconceito racial na Educação Infantil: o espaço escolar e suas múltiplas faces

[...] a garantia legal dos direitos não promove sua concretização. São as **atitudes efetivas e intencionais** que irão demonstrar o compromisso com tais direitos. Reconhecer as diferenças é um passo fundamental para a promoção da igualdade, sem a qual a diferença poderá vir a se transformar em desigualdade. (SANTANA, 2006, p. 32)

Quando tratamos da Educação Infantil é importante ressaltar as particularidades dessa importante etapa educacional. Embora seja garantida legalmente para todas as crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas de todo o país, só isso não basta. Faz-se extremamente necessário que o processo educativo promova atitudes efetivas e intencionais com relação aos direitos da criança. O reconhecimento das diferenças e a consequente promoção da igualdade nessa etapa de ensino fazem com que crianças negras e não negras percebam desde cedo, a beleza da diversidade.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicorraciais para a história e a cultura brasileiras (BRASIL.MEC. 2012, p. 49).

Conforme vimos acima, o espaço escolar infantil e suas relações coletivas são primordiais para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, sejam emocionais, sociais e de aprendizagem. Esse é um espaço privilegiado de promoção da igualdade e do enfrentamento a qualquer tipo de preconceito, racismo ou discriminação. Daí então é importante discutir sobre como as crianças se apresentam nesse contexto escolar em relação às questões raciais.

Sabemos que as práticas discriminatórias estão presentes de diversas maneiras nas relações sociais e cotidianas. Como afirma Lopes (2005), a sociedade brasileira se mostra como multicultural e pluriétnica “[...] que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária” (LOPES, 2005, p. 186). Ou seja, vivemos uma “democracia racial” que infelizmente, não existe.

E essas práticas e condutas preconceituosas perpassam todos os ambientes sociais e familiares, inclusive a escola. Desse modo, as crianças acabam sendo atingidas por esse processo e acabam sendo reprodutoras inconscientes desse preconceito estrutural. Neste sentido, corroboramos com Santana (2006):

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período (SANTANA, 2006, p. 31).

Assim, as crianças, ainda sem maturidade e consciência para diferenciar os atos discriminatórios, acabam por reproduzir aquilo que, muitas vezes, vivenciam em seus cotidianos familiares e sociais. E quando acontece qualquer reprodução desse tipo é necessária uma intervenção adequada no intuito de educar para as relações étnico-raciais e desenvolver a valorização da diversidade nas relações humanas. O preconceito não é herdado, mas vai sendo arraigado nos valores culturais, sociais, políticos, pois “as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e

modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola”. (LOPES, 2005, p. 188).

Compreendemos ser exatamente a fase da Educação Infantil a mais importante para que sejam trabalhadas as ideias de respeito, valorização da identidade, aumento da autoestima, conhecimentos acerca das origens e cultura do povo africano e afro-brasileiro e suas contribuições para a identidade do nosso país. Portanto, conforme Lopes (2005) afirma:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (LOPES, 2005, p. 189).

Desenvolver uma educação voltada ao enfrentamento das questões raciais é trabalhar a certeza de alcance desses valores de respeito às diferenças, valorização da identidade, autoestima, autoconfiança, percepção positiva de si próprio, entre outros. O que dificulta esse trabalho, no entanto, é o fato de que, conforme já falamos, há uma negação da existência do preconceito no Brasil e isso gera um silenciamento diante das situações de preconceitos, discriminação e racismo em virtude também da ideia de naturalidade diante desses processos.

Segundo LOPES (1995 *apud* MARTINS; MUNHOZ, 2007), a escola omite-se trabalhar o negro e sua grande importância e, muitas vezes, restringe-se a mencionar o negro somente em algumas disciplinas e sobre sua contribuição para a cultura brasileira, não dando relevância a toda uma construção histórica e social. Ou seja, predomina ainda fortemente o silêncio em relação às questões raciais.

Esse silenciamento é prejudicial para a vida da criança que sofre e também silencia, pois sabe que muitas vezes não é ouvida. Bem como, para aquela criança que se sente superior a outra já que não ocorre uma intervenção que mostre os efeitos negativos de sua atitude. Segundo Cavalleiro (2006):

Silenciar diante do problema não o apaga. Permite, porém, que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Uma percepção pautada nas experiências sociais de modo

acrítico conforma a divisão racial e o papel a ser executado por cada indivíduo. (CAVALLEIRO, 2006, p. 91).

Ou seja, não havendo uma intervenção, por parte dos/das docentes, teremos, possivelmente, uma conformidade nos papéis da criança branca como superior e da negra como menor e inferior. Os processos cotidianos de discriminação afetam diretamente a “[...] socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produzem desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem.” (SANTANA, 2006, p. 38).

Essas ausências de fala e de ações no contexto de práticas preconceituosas na escola pode prejudicar a vida das crianças em vários outros aspectos, sejam psicológicos, educacionais, pessoais, na formação de sua identidade e autonomia, bem como se estender para a sua vida em sociedade.

CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DOCENTE E AS EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA ESCOLAR

O pouco conhecimento que os profissionais da educação têm sobre o racismo e suas consequências pode levá-los a distorcer e minimizar os problemas, em diversas situações; e, em outras, a neutralizá-los, realçando a beleza de ser negro, demonstrando reprovação pelo fato de a criança negra reclamar por ser chamada de “negra”. A meu ver, não se trata de ser ou não ser lindo o negro. É normal ser negro, como é normal ser branco, descendente de japonês, ou qualquer outra ascendência que se tenha. (CAVALLEIRO, 2006, p. 89). [Grifos do original]

A formação de professores (as) e sua adequada preparação para a função docente é tema bastante pertinente para a educação, pois a formação inicial é essencial para o desenvolvimento de práticas efetivas e coerentes com as diferentes realidades escolares. Quando tratamos da formação para a Educação Étnico-Racial “[...] é indispensável formar professores que sejam preparados para lidar com a diversidade cultural de seus alunos, não os tratando como iguais, mas sim, educando-os em suas especificidades.” (RODRIGUES FILHO; BERNARDES; NASCIMENTO, 2012, p. 536).

Estar preparado para as adversidades da sala de aula não é tarefa fácil. São muitos os desafios enfrentados pelos docentes, sobretudo, quando se trata da Educação das Relações Étnico-Raciais. E para isso, os conhecimentos e discussões acerca da temática no espaço acadêmico das universidades são de suma importância para a formação do profissional docente.

3.1 A formação da profissão docente: relações étnico-raciais em questão

A formação de professores desempenha uma função muito importante na configuração da profissionalização docente, buscando integrar o profissional ao projeto organizacional das escolas. Para isso, “A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada.” (NÓVOA, 1992, p. 25). Ou seja, a formação inicial é um processo

constante de aprendizagens e aquisição de conhecimentos, mas que é extremamente necessária à capacidade de desenvolvimento da autonomia docente e das dinâmicas de coparticipação neste importante processo.

Segundo Nóvoa (1992), os perfis profissional e pessoal estão intimamente ligados e os saberes vividos favorecerão experiências mais significativas no percurso de formação. Para o autor:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de re(construção) permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar um estatuto ao *saber da experiência*. (NÓVOA, 1992, p. 25, grifo do autor).

Esses saberes da experiência serão capazes de caminharem junto aos conhecimentos científicos ofertados pela instituição de ensino superior e são eles que farão uma ponte no sentido de, integrar as vivências do dia a dia dos professores e das escolas e as experiências vivenciadas nesses espaços educativos.

Quando falamos sobre as relações étnico-raciais, reconhecemos a dinâmica das experiências docentes durante todo o processo de formação já que vivemos em uma sociedade racista e que externa esse racismo nas várias instâncias sociais. E a escola é uma delas. Por isso, a necessidade de criação de ações afirmativas capazes de compensar as tantas perdas já vividas pelos negros em nosso país.

Desta forma, buscando abranger a formação dos professores para atuarem diante dos desafios da Educação Étnico-racial, temos a Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, determina que:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL. MEC. 2004, p. 31).

Assim, as instituições de ensino superior de todo o país precisam contemplar em seus currículos as discussões da temática étnico-racial através dos estudos e pesquisas.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (2012), dentre outras ações, as Instituições de Ensino Superior devem:

- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes.
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
- d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas e com a temática da Lei 11645/08 (BRASIL.MEC. 2012, p. 33).

Deste modo, buscando uma melhor compreensão sobre o processo de formação inicial na perspectiva das relações étnico-raciais, especialmente do pedagogo, analisaremos a seguir o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III – Guarabira).

3.1.1 O curso de Pedagogia na UEPB-Guarabira (Campus III)

A partir das discussões apresentadas em relação à formação docente, buscamos entender como se dá a organização curricular de um curso de formação inicial e, ao mesmo tempo, analisar como a Educação Étnico-Racial se apresenta na base curricular desses cursos.

A escolha pelo curso de Pedagogia da UEPB (Campus III/Guarabira) se deu pelo fato de ter realizado o referido curso entre os anos de 2015 e 2019 e

ter tido experiências com práticas em Educação Étnico-Racial no espaço acadêmico da universidade. Bem como também, pela especificidade da pesquisa: professores/as atuantes na educação infantil, logo com formação acadêmica em Pedagogia.

O Curso de Pedagogia no Campus III/Guarabira provêm de lutas e debates de professores que buscavam a criação de um curso que fosse capaz de atender uma demanda social vigente que era a formação de professores para atuação na educação infantil, no ensino fundamental e na gestão escolar. E que atendesse também uma massa de pessoas que não possuíam condições de realizar o curso de formação nas instituições particulares até então dominantes. Desta forma, o Curso de Pedagogia é resultado de uma luta social e que teve sua aprovação e, conseqüentemente a abertura da primeira turma de Pedagogia no ano de 2007.

O primeiro Projeto Pedagógico Curricular do Curso foi elaborado no ano de 2009. Embora não tenhamos tido acesso, pelos depoimentos de docentes que participaram da construção, sabe-se que o mesmo já preconizava a importância de se trabalhar a questão étnico-racial no curso de Pedagogia. No entanto, algumas disciplinas do Currículo atual, como por exemplo a Educação e Afrodescendência, não existiam na época.

Contudo, analisaremos a seguir o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Humanidades (PPC/UEPB-CH) mais recente, atualizado no ano de 2016.

O PPC/UEPB-CH (2016) reconhece que “A formação do educador no curso de Pedagogia deve possibilitar o acesso e a produção de novos saberes pedagógicos, tendo em vista a nova configuração do seu objeto de investigação: a educação.” (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 32).

Segundo o PPC/UEPB-CH (2016):

[...] a base da formação do pedagogo seja a docência, logo, a docência compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagens, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006/Art. 2º, § 1º *apud* PPC/UEPB-CH, 2016, p. 37).

Nesse sentido, a formação em Pedagogia abrange tanto a docência quanto a atuação em gestão e em diversos espaços escolares e não escolares. E para alcançar tal formação, é necessária uma universidade que atenda aos princípios exigidos pelos vários documentos norteadores da Educação Superior e dos Cursos específicos.

Com relação à temática das Relações Étnico-Raciais, o PPC/UEPB-CH (2016), “[...] possibilita estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais por meio de componentes específicos, conforme assegura o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004.” (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 63).

O Currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia é organizado com base na “[...] articulação de atividades teórico-práticas capazes de oferecer aos futuros pedagogos o conjunto de conhecimentos, competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento do perfil profissional assumido nesse projeto.” (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 64).

Na Dimensão Formativa do Curso é apresentada a estrutura curricular e a organização das disciplinas de base comum e eletiva. Daí tem a disciplina *PED03036 – Educação e Afrodescendência*, com carga horária de 45 horas/aulas, como Básico Específico do Curso. Na base das eletivas, existe também a disciplina *PED 03068 – Educação e Relações Étnico-Raciais*, com carga horária também de 45 horas/aulas e deve ser ofertada, quando disponível as condições, para que os estudantes do curso de Pedagogia possam escolher e se matricular. Percebemos, então, a representação da discussão da temática étnico-racial nos ambientes de formação acadêmica, sejam em salas de aulas ou em eventos, cursos de extensão, entre outros.

A ementa da disciplina de *PED03036 – Educação e Afrodescendência* abrange os estudos sobre a

Abordagem histórica sobre os povos negros na sociedade brasileira. Os elementos afros na formação cultural do Brasil. Conceitos de preconceito, discriminação, estereótipos e racismo. História da Educação e a identidade negra. Ações Afirmativas. (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 97).

A eletiva *PED 03068 – Educação e Relações Étnico-Raciais* tem o objetivo de trabalhar

A Educação Jesuíta e a formação de índios e negros. As relações interétnicas. A construção da identidade nacional. Educação e diversidade étnica. Currículo e etnicidade. Escola e diversidade étnica. Etnicidade e identidade cultural. (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 123).

Assim, as Instituições de Ensino Superior, ao trabalharem o estudo da Lei Nº 10.639/03 e suas aplicações na vida cotidiana nas escolas farão com que o estudante e futuro pedagogo trabalhe no sentido de quebrar com muitos estereótipos e preconceitos que foram sendo arraigados ao longo do tempo pelo próprio processo histórico de formação da sociedade brasileira. As ressignificações advindas das discussões no ambiente acadêmico, certamente, farão toda a diferença na hora de atuar na profissão, fazendo-o enxergar as situações de preconceito, discriminação e racismo de uma forma diferente e não apenas essas, mas tantas outras situações que acabam sendo normalizadas.

3.2 Experiências de enfrentamento do preconceito racial na escola

Munanga (2005) discute o fato de que muitos de nós não recebemos dos nossos educadores uma formação cidadã adequada para o enfrentamento dos desafios da vivência na diversidade e que hoje situações de discriminação podem estar repercutindo em nossa vida profissional. Essas situações são resultados de uma educação eurocêntrica e que, em função dela, acabamos por reproduzir consciente ou inconsciente os preconceitos e os estereótipos negativos, produtos das relações em sociedade.

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Mas como atuar diante das situações de preconceito em sala de aula? Até que ponto fomos formados para atuarmos na educação para a diversidade? Quais são os conhecimentos e saberes adquiridos que subsidiarão uma intervenção pedagógica? São estas as questões relacionadas à formação dos (as) professores (as) que precisam atuar efetivamente frente aos preconceitos e discriminações em sala de aula, mas que, por diversos motivos, não foram preparados para tal ação.

No entanto, mesmo com todos os desafios do cotidiano escolar, compreendemos que, quando o (a) professor (a) assume o papel de um educador (a) que busca a formação cidadã integral do aluno e luta por uma sociedade mais justa para todos, buscará desenvolver no seu espaço educacional ações que contribuam para romper com os estereótipos e confrontem as situações de preconceito e discriminação com práticas educacionais oportunas de acordo com as suas condições locais.

O importante é que sejam feitas as intervenções necessárias, que o (a) professor (a) veja nas situações discriminatórias a oportunidade para falar sobre o assunto, para que não haja assim, o silenciamento, ainda tão comum a nossa realidade escolar. Não podemos simplesmente fingir que não estamos vendo. Por isso,

[...] é contando principalmente com sua subjetividade que os profissionais da educação poderão intervir em sua realidade, interrompendo os movimentos que excluem, discriminam e destroem, e alterar os espaços educacionais, proporcionando um ambiente de aprendizado para a inclusão, democracia, respeito e valorização da diferença. (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p. 36).

As ações de intervenção em sala de aula se apresentam como uma estratégia pedagógica muito importante para o enfrentamento do preconceito racial. Encontrar meios que transmitam ao aluno como a reprodução de suas ações é negativa na vida da outra criança, fazendo-o compreender e tratar as diferenças de forma positiva e não gerando desigualdades entre os pares.

Para que haja uma melhor atuação da escola frente ao tema racial é necessário um engajamento de todos os profissionais presentes no cotidiano dos seus alunos. Assim, o planejamento coletivo e a formação contínua abrangendo o tema são muito importantes para que esses profissionais tenham o contato mínimo

com os conhecimentos necessários para suas intervenções e desenvolvimento de projetos. Segundo Cavalleiro (2006):

A ausência da discussão anti-racista no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre aqueles que integram o cotidiano da escola. Tal ausência pode levar à ocorrência de oportunidades diferentes para os alunos brancos e para os alunos negros se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes das atividades desenvolvidas na escola. (CAVALLEIRO, 2006, p. 87).

Esse silenciamento é bastante preocupante já que ele pode afetar negativamente a vida da criança em muitos aspectos. O (A) professor (a) deve então, buscar estratégias para gerar ações efetivas na sala de aula em que sejam trabalhados temas pertinentes à Educação Étnico-Racial no sentido de transformar práticas discriminatórias em momentos oportunos de diálogo e abertura para o respeito à diversidade na escola e nas relações sociais de modo geral. Percebemos então, que os prejuízos para a educação e para os alunos são enormes e suas consequências são prejudiciais para a vivência em sociedade.

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

O presente capítulo destina-se aos aspectos metodológicos e a análise dos dados coletados. A seguir apresentaremos o tipo de pesquisa, a caracterização do campo e dos sujeitos, instrumento de pesquisa e análise e discussão dos dados.

4.1. Tipo de pesquisa

A pesquisa é de cunho qualitativo em que o objetivo é a coleta dos dados com base nas experiências dos sujeitos sobre determinada situação.

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir os eventos em estudo nem mesmo se utiliza de dados estatísticos, mas

[...] Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Para a análise dos dados adotamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Segundo o autor, o termo análise de conteúdo é definido como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Nesta perspectiva, o pesquisador busca compreender as relações em comum existentes nos fragmentos de mensagens tomados em consideração no tratamento e análise dos dados.

4.2. Caracterização dos Sujeitos

A presente pesquisa teve como público-alvo professores atuantes na educação infantil, sejam em creches ou pré-escolas. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 06 e 12 de maio de 2021 e se deu de forma remota por meio do aplicativo Whatsapp em virtude da Pandemia da COVID-19 a qual nos impediu de realizar a aplicação das entrevistas de forma presencial.

As entrevistadas pertencem a quadros de professores de municípios diferentes, todas de escola pública e foram identificadas como Professoras A, B, C e D. As mesmas possuem perfis profissionais muito interessantes, os quais apresentaremos a seguir.

A Professora A (QUADRO 2, p. 53), 37 anos, formada em Pedagogia pela UEPB/Guarabira conclusão em 2016, Especialista, tendo atuação de nove anos na profissão e na escola atual três meses, localizada na cidade de Cuitegi/PB.

A Professora B (QUADRO 2, p. 53), 40 anos, formada em Pedagogia pela UFPB conclusão em 2018, atuante há onze anos em sala de aula na cidade de Gurinhém/PB, há nove em Juarez Távora e atualmente há três meses na cidade de Cuitegi/PB.

A Professora C (QUADRO 2, p. 53), 46 anos, formada em Letras pela UVA em 2014 e em Pedagogia pela UEPB/ Guarabira conclusão em 2012. Atuante há vinte e nove anos como docente e há cerca de três meses na escola atual na cidade de Cuitegi/PB.

A Professora D (QUADRO 2, p. 53), 25 anos, formada em Pedagogia pela UEPB/Guarabira conclusão em 2019, atua há dois anos na profissão e na escola atual há cerca de três meses na cidade de Sapé/PB.

4.3 Instrumentos de pesquisa

O instrumento utilizado foi um roteiro previamente estabelecido contendo questões que buscaram atender aos objetivos da pesquisa. Como técnica, adotamos a *Entrevista Estruturada*. Essa padronização é importante para que possamos obter respostas às mesmas perguntas, permitindo assim, "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as

diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas" (LODI, 1974 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197).

Dentre as vantagens da entrevista como técnica de coleta de dados podemos citar a oferta de “[...] maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.” MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 198). Bem como, a criação de “[...] possibilidades de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 198). Ou seja, entendemos que na entrevista obtemos resultados mais fieis à realidade do entrevistado, pois são perceptíveis os modos de falar e de se expressar, possibilidades de diálogo mais aberto a partir das questões.

Deste modo, a aplicação da entrevista ocorreu de forma remota por meio do aplicativo Whatsapp em decorrência das orientações de distanciamento social em razão da Pandemia do COVID-19, conforme já explicitado acima.

4.4 Análise e discussão dos dados

A análise e a discussão dos dados têm como metodologia norteadora o Quadro de Categorias (Quadro 1), construído com base no referencial teórico-metodológico de Bardin (2011). O mesmo está estruturado em Dimensões, Categorias e Unidades de Sentido. Os itens do quadro foram escolhidos a partir das respostas das entrevistas e da categorização das mesmas.

QUADRO 1: Análise de conteúdo

DIMENSÕES	CATEGORIAS	UNIDADE DE SENTIDO
	1ª Formação inicial	1ª Disciplinas específicas
		2ª Abordagens no curso
		3ª Contribuições para a prática
	2ª Práticas Docentes	1ª Lei 10.639/03
Educação Étnico-		

Racial		2ª Projetos didáticos
		3ª Ações na sala de aula
	3ª Educação Infantil	1ª Metodologias
		2ª Questão racial na escola
		3ª Intervenção docente

Fonte: A autora (2021)

DIMENSÃO DE ANÁLISE: EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A busca por valorização da História e da Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros é uma luta de muito tempo e que cabe não apenas à escola. Mas, a Educação étnico-racial nas escolas requer dos/das profissionais da educação um diálogo baseado no reconhecimento da presença do preconceito, da discriminação e do racismo no contexto escolar.

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo:

[...] a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL. MEC. 2004, p. 31).

Sendo assim, para esta Dimensão de Análise, teremos as seguintes Categorias: *1ª Formação Inicial*; *2ª Práticas Docentes*; e *3ª Educação Infantil*.

1ª categoria de análise: Formação Inicial

Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL. MEC. 2004, p. 17).

A formação inicial docente perpassa um conjunto de conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidas durante o período de formação sendo necessário que o docente seja capacitado para lidar com a diversidade étnico-racial e suas implicações no espaço escolar e na vida de forma geral.

Para compreendermos como a formação inicial influencia na dimensão da Educação Étnico-Racial, serão analisados os dados a seguir no contexto das seguintes Unidades de Sentido: *1ª Disciplinas Específicas; 2ª Abordagens no Curso; e 3ª Contribuições para a prática.*

1ª Unidade de sentido: Disciplinas Específicas

Observamos que três das quatro professoras afirmaram a existência de disciplinas relacionadas à Educação Étnico-Racial durante a formação inicial no curso de Pedagogia.

Sim, houve sim a disciplina de Educação de Afro-descendentes que abriu muito meus olhos para essa questão étnico-racial. Eu achava que sabia de muitas coisas, mas depois dessa disciplina eu vi que tinha muita coisa para desconstruir em relação ao racismo, expressões que a gente usava no dia a dia e que eram racistas, as formas de tratar as crianças [...] (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 54).

Esse relato demonstra o quanto à disciplina de Educação de Afro-Descendentes ofertada pela universidade em questão contribuiu para a formação docente e colaborou para a desconstrução de muitos estereótipos e preconceitos velados.

Por outro lado, a professora B respondeu “*Não que eu me lembre.*” (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 54). Ou seja, infelizmente nem todas as instituições possuem a devida preocupação com a temática racial e seu estudo nas aulas do Curso de Pedagogia, curso esse tão importante e que coloca o profissional frente ao trabalho com crianças pequenas, principalmente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana existe a obrigatoriedade de todas as Instituições de Ensino Superior, públicas

ou privadas, reformulem seus currículos de forma a ofertar aos estudantes, disciplinas específicas e debates relacionados à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

2ª Unidade de sentido: Abordagens no Curso

Nesta segunda Unidade de Sentido mostraremos como as discussões relacionadas às temáticas raciais se apresentaram no Curso de Pedagogia.

Segundo relato da Professora D, a disciplina ofertada pelo curso fez abordagens muito pertinentes à prática diária de sala de aula, fazendo-a refletir e enxergar aspectos rotineiros que muitas vezes passaram despercebidos aos seus olhos:

Na decoração de sala de aula mesmo que a gente não vê crianças pretas, só crianças brancas, loirinhas, de olhos azuis. Nos livros didáticos também como as pessoas pretas são mostradas tudo isso a gente pôde analisar nessa disciplina e desconstruir muitas ideias que muitas vezes a gente não para pensar. Já tão acostumado, faz parte do nosso dia a dia que a gente não pensa que é racismo e acaba sendo na verdade. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 54).

Com isso, podemos refletir: quantos de nós não adentramos a formação inicial com estes mesmos pensamentos e que somente será com o conhecimento que conseguiremos desfazê-los? O preconceito se enraíza exatamente na falta de conhecimento sobre o assunto ao qual fazemos o pré-julgamento.

A partir das respostas, obtivemos que, além das discussões relacionadas à temática racial nas disciplinas específicas do curso, havia também discussões em outros ambientes acadêmicos como eventos, rodas de conversa, sala de aula. Conforme se constata na fala da Professora D:

Sim. Havia também muitas discussões em eventos, na sala de aula, com minhas amigas, a gente discutia muito essas questões e tinham muitos eventos. Teve eventos homenageando Jackson do Pandeiro, Dandara.... então assim, a Universidade sempre proporcionou isso pra gente, esses momentos de construção de conhecimento e de desconstrução de ideias racistas que a gente tinha. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 54).

Entendemos aqui a importância de trabalhar as relações étnico-raciais na formação inicial docente, de provocar o estudante às discussões nos vários espaços para que assim, ele possa crescer em conhecimento. A Professora D, formada pela UEPB/Guarabira, pôde relatar um pouco de sua vivência mostrando a contribuição da referida Universidade para sua vida acadêmica e profissional.

No PPC da UEPB/Campus III (2016), é apresentada a Política de Valorização da Cultura Regional, Indígena e Africana, na qual entende que a História e a Cultura dos povos Indígenas e Africanos foram perdendo-se ao longo dos processos de aculturação, miscigenação e sincretismo na formação da sociedade brasileira. Desta forma, visando à valorização dessas culturas,

[...] a UEPB incentiva e fomenta a produção de material didático e vídeoaulas para consubstanciar um componente curricular de dimensão Livre, acessível aos estudantes de todos os cursos, buscando, ao mesmo tempo, estabelecer com este articulação com atividades de extensão e cultura, envolvendo a arte, a dança, a música, ritos e outros aspectos dessas culturas. (PPC/UEPB-CH, 2016, p. 23).

A partir dessa política, a instituição UEPB deve desenvolver ações, eventos, atividades de extensão, estudos, etc. que abordem a temática racial, conforme pudemos comprovar na fala da Professora D sobre os eventos que a mesma participou durante sua formação.

Por outro lado, a Professora B relata ter tido discussões sobre a temática, mas de forma esporádica: “Havia eventualmente, em alguns trabalhos. Porém, não tinha a devida importância que o tema deve ter.” (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 54). Observamos assim, que muitas vezes, os eventos ocorrem de forma isolada, organizados por grupos específicos que promovem discussões no campo universitário, sejam nos Diretórios de Estudantes, Coletivos, entre outros espaços estudantis, mas sem a devida divulgação e importância no meio acadêmico.

3º Unidade de sentido: Contribuições para a prática

As professoras puderam relacionar suas experiências a partir do contato com o tema e as discussões raciais pelas disciplinas específicas, nos eventos e outros espaços acadêmicos no curso de Pedagogia com a prática em sala de aula. Ou seja, foi por meio das discussões nas universidades que hoje possuem um olhar mais sensível às questões raciais, sobretudo em sala de aula.

[...] essa disciplina (Educação de Afro-descendentes) foi muito importante para essa visão que eu tenho hoje. Se eu não tivesse tido, talvez eu não teria esse pensamento de sempre tá olhando as histórias que eu trago, as personagens que eu trago, a minha declaração em sala de aula, a forma como eu falo, que estavam carregadas de muito preconceito, de muito racismo, hoje em dia eu tenho muito cuidado, então isso é muito importante pra mim, ter essa visão mais sensível e mais clara sobre a situação das pessoas pretas no Brasil e ter esse olhar para as minhas crianças, já que vivendo em sociedade *a gente acaba internalizando muita coisa como natural e que não são*. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 60).

Observa-se nesse relato o quanto a disciplina ofertada no Curso de Pedagogia contribuiu para a prática em sala de aula da Professora D. Mas, mesmo assim, é necessário um processo contínuo de aprendizagem e busca de novos saberes e conhecimentos. Ainda, segundo a Professora D:

[...] a formação foi muito importante e me faz ter vontade de sempre tá aprendendo mais. Estou sempre participando de eventos, vendo palestras relacionadas a essas questões, lendo livros, para que eu posso melhorar as minhas práticas que ela seja cada vez mais menos preconceituosas, menos racistas e que eu consiga trabalhar na minha escola, na minha sala de aula e com as minhas crianças essa questão da diversidade como algo bom, construtivo e que elas consigam conviver em harmonia com todas as pessoas, com todas as etnias. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 60).

Ensinar para a diversidade é tarefa fundamental. E as relações étnico-raciais precisam estar inseridas nos conteúdos e nas discussões em sala de aula. Para isso, cabe a nós, professores pesquisadores que somos, estarmos sempre atualizados nos temas.

Segundo a Professora A, a busca por conhecimento é constante e extremamente necessária. “Penso que ainda tenho muito o que aprender, porém diante da minha humilde experiência e formação, sei que nunca deverei me calar diante de qualquer situação que envolva qualquer questão que desrespeite a pessoa humana.” (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 59).

Também a Professora C concorda que o conhecimento é necessário para que ela possa ter um posicionamento melhor em sala de aula diante de práticas preconceituosas que possam surgir.

Analiso que devo estar sempre buscando o conhecimento dentro dessa temática para abordar o assunto tão polêmico caso venha surgir futuramente em minha prática pedagógica. Devo me sentir segura para sanar com ações e procedimentos adequados. (PROFESSORA C, QUADRO 3, p. 59).

Ao analisarmos essa primeira Categoria *Formação Inicial*, percebemos o quanto é indispensável à organização da grade curricular dos cursos de Pedagogia de forma a atender às exigências dos documentos oficiais da educação inserindo em seus currículos disciplinas que estudem a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como os desafios do processo educacional dos negros e afrodescendentes nas escolas de todo o país e na sociedade como um todo. Levar o conhecimento à comunidade acadêmica é garantir que futuros profissionais pedagogos levem esse conhecimento também para suas salas de aulas.

2ª categoria de análise: Práticas Docentes

Dependendo da forma como é entendida e tratada a questão da diversidade étnico-racial, as instituições podem auxiliar as crianças a valorizar sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser ou, pelo contrário, favorecer a discriminação quando silenciam diante da diversidade e da necessidade de realizar abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras. (SANTANA, 2006, p. 46).

Sabemos que o preconceito implícito tem estado presente de forma camuflada nos mais diversos setores sociais e nos mais simples atos cotidianos. E na escola, como este se apresenta?

Pensemos em quando uma criança negra, por exemplo, não consegue um papel de uma personagem principal na peça da escola; em quando não consegue se expressar livremente com os seus cabelos soltos que o (a) professor (a) já manda prender; as inúmeras vezes que recebe apelidos relacionados à sua cor de pele, tipo de cabelo, formato de nariz, boca, etc.; às

vezes em que esta criança busca ajuda naquele(a) que deveria ser seu/sua mediador(a), mas só recebe o silêncio e/ou o “Ah, não é nada!”. Enfim, atos em que o(a) professor(a), mesmo sem se dar conta, acaba por reforçar a reprodução das práticas discriminatórias por parte das crianças.

Nesta segunda Categoria de Análise buscaremos refletir as Práticas Docentes a partir das seguintes Unidades de Sentido: *1ª Lei Nº 10.639/03; 2ª Projetos didáticos; e 3ª Ações na sala de aula.*

1ª Unidade de sentido: Lei Nº 10.639/03

Inicialmente foi questionado às professoras se as mesmas tinham o conhecimento sobre a Lei Nº 10.639/03, e todas afirmaram que sim. Para a Professora C, “[...] a lei veio valorizar a cultura africana, as diferenças entre os povos e a construção da própria identidade” (PROFESSORA C, QUADRO 3, p. 55). Observamos aqui a compreensão sobre a referida Lei e sua implicação para a vida da criança e do estudante de forma geral.

Buscamos saber também se na Rede de Ensino em que as professoras atuavam, a temática racial era abordada em planejamentos (anuais, semestrais, bimestrais) ofertados pela Equipe Pedagógica da Rede. Ou seja, se a Lei 10.639/03 era oportunizada nesses momentos coletivos entre os professores. No entanto, obtivemos que três das quatro professoras disseram não ter presenciado momentos de discussão sobre a temática racial. Segundo a Professora C, a qual atuava há 11 anos, declarou que: “Infelizmente, nas instituições que trabalhei há mais tempo, não houve essa oferta necessária de se trabalhar esse tema.” (PROFESSORA C, QUADRO 3, p. 54).

Já segundo a Professora A “Não me recordo. Mas sei que a coordenação e alguns professores defendem e atuam com essa temática.” (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 54). Ou seja, observam-se trabalhos isolados, “professores defensores”, mas não existem ações coletivas a nível municipal e até mesmo no âmbito da escola. Pois, não é apenas um(a) ou outro(a) professor(a) defender, mas a aplicação da Lei Nº 10.639/03 cabe a

cada sistema de ensino ofertar as condições necessárias para que as ações sejam mais concretas e eficazes dentro e fora da sala de aula.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (2012), dentre outras ações, as Coordenações Pedagógicas devem “Promover junto aos docentes reuniões pedagógicas com o fim de orientar para a necessidade de constante combate ao racismo, ao preconceito, e à discriminação, elaborando em conjunto estratégias de intervenção e educação” (BRASIL.MEC. 2012, p. 44).

A Professora D também afirma não ter presenciado momentos formativos com a Equipe Pedagógica do seu município em relação à temática étnico-racial. E acrescenta um dado interessante:

Aqui na rede municipal em que estou trabalhando [...] até o momento eu não vi nenhuma discussão nos planejamentos sobre a temática étnico-racial. Aqui no município temos um Movimento Negro e recentemente, eu vi que eles fizeram uma parceria com a Secretaria de Educação, então acho que vêm coisas por aí, mas até o momento nos planejamentos que teve não houve a discussão da temática étnico-racial. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 55).

Observamos a questão das parcerias entre as instituições e os Movimentos Sociais Negros que, com certeza, trazem muitos resultados para a aplicação de projetos e situações didáticas nas escolas.

Foi questionado também sobre a existência de documentos norteadores que abrangessem as questões étnico-raciais a exemplo do PPP.

Para a Professora B, “Infelizmente, nos PPPs não vejo muito a preocupação desta questão.” (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 55). Tristemente, os PPPs são documentos que por muitas vezes são esquecidos, engavetados, por vezes nem mesmo atualizados ou, simplesmente, em muitas escolas, nem existem. E sabemos que eles são a “cara” da escola, todas as ações anuais mais importantes deveriam estar planejadas e serem constantemente revisitadas no PPP, documento norteador da escola.

A Professora D faz uma importante colocação a respeito do PPP da sua escola de atuação:

Aqui no PPP da escola que eu trabalho não tem essa questão, mas como a gente vai atualizar esse ano, então eu pretendo discutir essa questão, trazer a Educação Étnico-Racial para ser discutida e ser

colocada no PPP da nossa escola até porque na escola uma grande parte das crianças e das famílias são pretas. Então, a gente precisa ter esse olhar para essas pessoas e para o preconceito que elas vivenciam e eu pretendo sim colocar essa discussão em jogo no dia do planejamento. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 55).

Segundo Gomes (2012) as práticas pedagógicas na perspectiva da Lei Nº 10.639/03 devem ser inseridas

[...] no PPP da escola, em cumprimento ao art. 26A da Lei n.º 9.394/1996, pois tais práticas se estabelecem em colaboração com as comunidades a que a escola serve, com o apoio direto ou indireto de especialistas, de pesquisadores e do Movimento Negro, com os quais estabelecerão canais de comunicação, encontrarão formas próprias de incluir as temáticas em questão nas vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdos de disciplinas (GOMES, 2012, p. 29).

Desta forma, reafirmamos a importância dos projetos e ações relacionadas à Lei Nº 10.639/03 estarem no PPP da escola como forma de assegurar a participação da comunidade escolar nessa construção de saberes.

Nessa Unidade de Sentido pudemos observar que todas as entrevistadas conhecem a Lei Nº 10.639/03 e sabem de sua importância para a promoção de ações eficazes de combate ao preconceito racial. Já com relação às discussões da temática racial ou propostas de projetos apresentados pelas coordenações pedagógicas e/ou sistemas de ensino, vimos que, infelizmente, não ocorre com frequência ou não seja dada a devida importância para a coletividade docente no sentido de haver uma integração de rede de escolas trabalhando tal projeto ou temática. E sobre o PPP, documento tão importante para a escola, vimos que, a Educação Étnico-Racial (na maioria dos relatos), não estava inserida no Plano ou o mesmo ainda não havia sido atualizado.

Desta forma, compreendemos que a Lei Nº 10.639/03 precisa ser mais debatida e discutida junto aos profissionais das unidades de ensino, pois somente com o conhecimento é que estes deverão ser capazes de desenvolver ações mais concretas e significativas para o enfrentamento ao preconceito racial.

2ª Unidade de sentido: Projetos didáticos

Dizem respeito aos projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, bem como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. Valorizam e respeitam as pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e sua história (GOMES, 2012, p. 30).

Os projetos pedagógicos relacionados à temática racial a serem trabalhados nas escolas buscam a valorização da História e da Cultura Africana e Afrobrasileira, a promoção do respeito, da igualdade e da diversidade, fazendo com que todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores sintam-se valorizados e respeitados. Por isso, buscamos conhecer sobre os projetos didáticos desenvolvidos pelas escolas e de que forma acontecem dentro da perspectiva da interdisciplinaridade.

Com base nos relatos das professoras, obtivemos como resultado do nosso questionamento sobre a realização de projetos na abrangência da escola e/ou de sua sala de aula envolvendo a temática étnico-racial que, de uma forma ou de outra todas as professoras desenvolvem trabalhos e ações em suas salas de aula. Porém, pelas respostas observamos que é mais difícil a escola realizar os projetos, geralmente os professores realizam suas ações mais isoladas.

Sim, nunca esperei dia da consciência negra para aborda tal tema, mas todo ano sempre insiro em meu planejamento contação de história, um dia estava no pátio da escola realizando e uma colega perguntou se era dia da Consciência Negra. Através das histórias trabalho várias questões além do tema principal, trazendo a valorização da pessoa humana não pela cor, mas pelo ser. (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 56).

Isso demonstra a falta de conhecimento de alguns docentes sobre a temática, sobre como o trabalho com as histórias são fundamentais para a construção da identidade da criança, da valorização das características, da diversidade, dos povos negros, enfim, ações muito significativas e que contribuem para o enfrentamento do preconceito na Educação Infantil.

A escola é “[...] o local da desconstrução de estereótipos e valores genéricos da sociedade, já que é o espaço do conhecimento, da construção de novos sentidos e da diversidade” (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p. 21). Por isso, trabalhar com projetos em sala de aula é muito interessante para que se

possam desenvolver as temáticas com mais concretude, ludicidade e dinamismo, levando a criança a um maior envolvimento.

3ª Unidade de sentido: Ações na sala de aula

Na terceira Unidade de Sentido, buscamos compreender as ações docentes que se apresentaram nos relatos das professoras. As mesmas foram questionadas se suas escolas trabalhavam datas comemorativas como 13 de maio e 20 de novembro e de que maneira, pois entendemos que as datas comemorativas são ações básicas que todas as escolas promovem.

As escolas não costumam trabalhar, mas eu na sala de aula acho importante se trabalhar sobre a história desse povo resistente, que lutou e ainda luta para viver com dignidade. Costumo levar vídeos, mostrar a contribuição deles para a nossa sociedade, e pedir que eles pesquisem e tragam para a sala de aula objetos, comidas, roupas, enfim, algo que mostre a riqueza cultural desse povo (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 56).

A Professora B compreende a importância de trabalhar a História da África e suas contribuições para o povo brasileiro e busca fazer com que o aluno seja um agente pesquisador e busque também conhecer melhor sobre a história do Povo Negro.

Diante dessa questão, vemos que cabe às Coordenações Pedagógicas:

Estimular a interdisciplinaridade para disseminação da temática no âmbito escolar, construindo junto com professores e profissionais da educação processos educativos que possam culminar seus resultados na Semana de Consciência Negra e/ou no período que compreende o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) (BRASIL. MEC. 2012, p. 44).

O que acontece muitas das vezes é exatamente o trabalho isolado de Professor A ou B de tal escola, mas não há a união de todos os profissionais na organização de projetos mais consistentes que abranja toda a comunidade escolar.

No relato da Professora D também observamos a organização de ações coletivas e individuais em relação a essas datas comemorativas e a existência

de um calendário sociocultural, ou seja, um importante documento da escola que enfatiza os eventos culturais.

A gente tem um calendário sociocultural e nesse calendário não tem o dia 13 de maio, uma coisa pra gente repensar e colocar né? [...] Tem uma semana inteira dedicada ao 20 de novembro e aí a gente vai planejar como trabalhar, eu já tenho minhas ideias, eu não quero trabalhar sem sentido, sem trazer mudança nenhuma, só falar da África, desenhar, pintar e só. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 56).

A Professora D debate sobre as formas de trabalhar as atividades com relação ao “dar sentido” às ações. Ou seja, precisamos pensar atividades que promovam uma reflexão sobre o tema, que provoque mudanças de pensamentos e pré-conceitos estabelecidos e que ultrapasse os muros da escola. Não apenas falar, desenhar e pintar. Mais que isso.

Não, eu quero trazer coisas significativas que venham realmente trazer mudanças como a valorização das pessoas negras, a sua pele, seu jeito, da diversidade das pessoas pretas porque não existe só uma. [...] Trabalhar também o Continente Africano, que é um continente belíssimo que têm muitas riquezas e estamos acostumados a ver só o lado ruim que é a pobreza [...]. Contação de histórias, sempre busco trazer relações com essas questões, com personagens pretas. Valorizar mesmo e, inclusive valorizar a comunidade da escola que tem uma porcentagem muito grande de pessoas pretas. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 56-57).

Desta forma, trazer a questão racial para o mais próximo possível da comunidade, das crianças, dos pais, dos funcionários da escola. São ações simples com materiais acessíveis e que, com certeza, farão uma grande diferença na vida da comunidade escolar, sobretudo para as pessoas negras que muitas vezes se sentem desvalorizados e com baixa autoestima. Valorizar a diferença, a diversidade, construir a identidade da criança e da família, valorizar os saberes locais, tudo isso é fundamental para o enfrentamento do preconceito racial, da discriminação e do racismo, sobretudo no espaço escolar.

A categoria *Práticas Docentes* revelou que todas as professoras entrevistadas possuem o conhecimento sobre a Lei Nº 10.639/03 e, de uma forma ou de outra, a aplica em suas salas de aulas. No entanto, observamos que os sistemas de ensino acabam por não oportunizar as discussões relativas à temática racial nos momentos de coletividade entre seus professores nos

planejamentos (anuais, semestrais, bimestrais) ofertados pela equipe pedagógica da rede. Também existe uma lacuna nos projetos didáticos para que possam envolver toda a comunidade escolar, pois se, ações isoladas já são muito significativas para o enfrentamento ao preconceito racial, as ações coletivas abrangem muito mais e, com certeza, trarão resultados valiosos para todos os sujeitos envolvidos no processo.

3ª categoria de análise: Educação Infantil

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileiras (BRASIL, 2012, p. 49).

A Educação Infantil no Brasil é garantida por meio do direito ao acesso e a permanência de todas as crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas de todo o país. Consideramos esta a fase escolar mais importante, pois é onde são trabalhadas e desenvolvidas diversas habilidades que serão fundamentais para o seu pleno desenvolvimento integral. É onde a criança, a partir das relações e vivências no cotidiano escolar, desenvolve os traços que constituirão sua identidade. Essa construção da identidade perpassa por processos formativos onde a criança conhece, reconhece e valoriza os diferentes grupos étnicos para a história e cultura brasileiras. A coletividade do espaço educacional infantil favorece significativamente a esse processo.

Deste modo, é necessário que as instituições de Educação Infantil reconheçam:

[...] o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, [...] permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora. (SANTANA, 2006, p. 37).

As relações criança-adulto e criança-criança são fundamentais para a socialização e interação no espaço escolar infantil, promovendo assim, uma relação de convivência harmoniosa entre os diferentes sem que se tornem desiguais.

As Unidades de Sentido referentes à categoria de análise Educação Infantil são: *1ª Metodologias*; *2ª Questão racial na escola*; e *3ª Intervenção docente*.

1ª Unidade de Sentido: Metodologias

Com relação às *Metodologias*, buscamos conhecer de que forma a Educação para as Relações Étnico-Raciais eram aplicadas diariamente em sala de aula. Com isso, tivemos que as principais metodologias aplicadas são “Contação de história; Vídeos educativos; Músicas; Explorar brincadeiras [...] (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 57).

Na Educação Infantil, as histórias, as músicas e as brincadeiras são bem frequentes e marcantes como metodologias em sala de aula. Essas promovem a interação entre os sujeitos do processo educativo desenvolvendo assim, a afetividade, as emoções, as relações sociais entre os pares, valores como respeito, empatia, resiliência, superação, entre outros. Daí a importância da ludicidade para a educação infantil, como esse meio de levar todos esses valores de forma dinâmica e significativa para a criança.

O trabalho com a temática racial pode acontecer em pequenos detalhes que fazem toda a diferença no momento educativo. A Professora D, por exemplo, trabalha a Educação Étnico-Racial

[...] em pequenos detalhes que para a gente não faz diferença, mas para a criança sim. Na minha decoração, se eu vou colocar crianças, então coloco crianças numa diversidade, crianças brancas, pretas, com deficiência. Trabalho histórias que têm personagens pretas e que essas personagens pretas sejam heroínas, que tenham papel de destaque na história. Inclusive eu contei uma história recentemente e não dizia se o menino era branco ou preto, mas quando fui montar os personagens acabei colocando crianças pretas para trazer essa

representatividade para os meus educandos (as) que são pretos (as). (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 57).

Observamos nesse relato a preocupação da professora D com a representatividade negra, tão importante nessa etapa de educação infantil em que as crianças precisam se reconhecer enquanto negro (a) e construir sua identidade como tal.

As crianças afrodescendentes precisam produzir conhecimento no qual se vejam refletidas, para que possam se expressar com mais autenticidade. As questões relacionadas com a vida e a cultura de sua etnia devem fazer parte de sua formação como seres humanos, para que possam compreender, crítica, interativa e (conflitivamente), quem é o outro e de que forma esse outro também se constitui como ser humano (SANTOS, 2006, p. 21).

A criança negra precisa se sentir acolhida e respeitada e, para isso, em sala de aula, o(a) professor(a) não deve se omitir de trabalhar as questões relacionadas a vida e a cultura de sua etnia. Abordar os diferentes conteúdos a partir de metodologias lúdicas e interativas é essencial.

Desta forma, observamos pelos relatos que, de uma forma ou de outra, todas as professoras trabalham com a Lei Nº 10.639/03, seja pela contação de histórias, músicas, vídeos, brincadeiras, etc.

2ª Unidade de Sentido: Questão racial na escola

Na segunda Unidade de Sentido *Questão racial na escola*, buscamos compreender a relação da educação infantil com as práticas preconceituosas. Foi bastante rica a discussão apresentada nos relatos das professoras, onde todas concordaram que as crianças vivem em uma sociedade preconceituosa e que a convivência diária com pessoas e nos diversos ambientes fazem com que as mesmas apresentem atos discriminatórios entre colegas e outros adultos. É então aqui que entra o papel do(a) professor(a) na desconstrução dessas ideias. “Compreendo que faz parte do meio de convivência da criança, porém não podemos naturalizar e sim desconstruir.” (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 57). Ou seja,

[...] as crianças não são racistas, elas aprendem a ser, elas aprendem em casa, na escola, em outros ambientes que ela vive e elas acabam repercutindo isso em sala de aula. [...] Existe sim na Educação Infantil, mas é porque as crianças já trazem de outros espaços e, inclusive do espaço escolar também. [...] Em minha sala de aula tento trabalhar muito a sensibilidade porque eu sei da luta, do sofrimento dessas pessoas até hoje. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 58).

Desta forma, reafirma-se que as crianças são produtos de uma sociedade racista e preconceituosa e elas são imbuídas desse sentimento sem mesmo refletir sobre ele. A sensibilidade à qual a Professora D trata é de suma importância para a construção da identidade e da representatividade negra.

Os relatos da entrevista também nos mostraram situações de reprodução de preconceitos presenciadas pelas professoras em sala de aula. Sabe-se que “As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali.” (BRASIL.MEC. 2004, p. 14). Sendo assim, um espaço bastante propício para tais acontecimentos.

Os relatos chamaram a atenção, mas infelizmente são mais comuns do que imaginamos. Crianças e adultos que na interação e vivência diária acabam aflorando sentimentos já vivenciados em algum momento de suas vidas e reproduzindo com colegas e pessoas próximas.

Sim. E veio de uma criança negra que chamou o seu coleguinha de “macaco”. Fiquei triste porque eu sei que aquela criança certamente já teria ouvido alguém falar isso com ela, e ela apenas reproduziu. Mostrei para eles que deveríamos nos respeitar independentemente de cor, e que nós devemos ter empatia pelo outro, nos colocar no lugar do outro. (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 58).

Nessa situação da criança negra usar o termo depreciativo “macaco”, mais do que empatia é necessário que entendamos que tudo isso é consequência de um processo histórico das políticas do branqueamento da população e eliminação simbólica e material da presença negra.

Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam. (BRASIL.MEC. 2004, p.16).

O racismo é algo que machuca, dói e deixa marcas para toda a vida. E infelizmente, os processos históricos contribuem para isso.

Na vivência da Professora D, “[...] algumas vezes aconteceram da criança chamar a outra de cabelo ruim, de dizer que o beijo grande, de uma forma para atingir a criança, para machucá-la.” (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 58). Essas são situações mais corriqueiras do que imaginamos em que “Dissimulações, apelidos, xingamentos, ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes” (CAVALLEIRO, 2005 *apud* BRASIL.MEC, 2005, p. 13).

Observamos também que as práticas discriminatórias ocorrem nos vários espaços da sala de aula e com diferentes agentes, a exemplo dos próprios funcionários da escola. Conforme a Professora A, “[...] uma colega não queria ser amiga da outra, e ainda dizia que a criança era feia. Assim como vi uma auxiliar de serviço olhando fazendo desdenho para a criança negra.” (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 58).

Esse exemplo de situação vivenciada na escola, infelizmente acontece com frequência, onde os tratamentos diferenciados para crianças brancas e pretas são marcas da discriminação. Desse modo,

[...] um olhar um pouco mais atento e preocupado com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado que hierarquiza o pertencimento racial dos alunos. Essa diferenciação de tratamento, uma atitude anti-educativa, concorre para a difusão, a reprodução e a permanência do racismo no interior das escolas e na nossa sociedade como um todo. (CAVALLEIRO, 2005 *apud* BRASIL.MEC, 2005, p. 13).

Ou seja, entendemos que o trabalho com a Educação Étnico-Racial é algo que vai além das paredes da sala de aula e dos muros da escola, pois pessoas, crianças e adultos, a todo o momento são vítimas e são agentes do racismo e são exatamente essas últimas que precisam ter o conhecimento necessário para que sejam quebrados os estereótipos e preconceitos arraigados durante toda a vida.

3ª Unidade de Sentido: Intervenção Docente

Com relação à terceira Unidade de Sentido *Intervenção docente*, os relatos de experiências das professoras demonstraram as reações diante de práticas preconceituosas já vivenciadas pelas mesmas e as formas que acreditaram ser a melhor de intervir em uma situação dessas.

As que já mencionei, tratei de conversar, e ficar mais atenta, jamais poderia me calar diante de tal situação, é claro que a adulta em questão disse que não era nada disso, e a criança aos poucos foi compreendendo que nas veias dela corriam sangue negro, assim somos todos iguais. Embora a sociedade não aceite. (PROFESSORA A, QUADRO 3, p. 59).

O respeito e a dor da vítima foram temas da Professora B que diante de situações de preconceitos em sala de aula busca “[...] mostrar que todos nós precisamos nos respeitar, e que o preconceito dói muito, principalmente quem está sendo a vítima.” (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 59). Para ela, a melhor maneira de intervir nessas situações “[...] é fazer o colega se colocar no lugar do outro que sofreu o preconceito. E falar sempre do respeito pelo próximo independente que qualquer coisa” (PROFESSORA B, QUADRO 3, p. 59).

A intervenção pedagógica por meio das várias práticas docentes que trabalham a temática racial em sala de aula é uma das formas possíveis de mudar a realidade das práticas preconceituosas, pois somente com o conhecimento acerca da História e Cultura Africana e Afro-brasileira é que será possível a quebra de preconceitos e estereótipos. Vivemos em uma sociedade de racismo nivelado, que, por trás de muitos rostos negros, existe dor e sofrimento proveniente do racismo. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004),

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL. MEC. 2004, p. 15).

Desse modo, o acesso aos conhecimentos científicos ofertados pela escola serão capazes de provocar reflexões sobre os pré-conceitos formados sem fundamentos. Mas, para isso,

[...] há necessidade, como já vimos, de professores [...] sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. (BRASIL. MEC. 2004, p. 17).

Sendo assim, o (a) professor (a) enquanto mediador do processo de conhecimento se torna responsável também, pela correção das posturas discriminatórias na escola, corrigindo-as de forma educativa e pautada nos princípios de valorização das diferenças e do respeito à diversidade.

Desenvolver o trabalho com o étnico-racial a partir de uma perspectiva positiva é essencial. Trabalhar a valorização da beleza, das características físicas, da força de um povo guerreiro, do legado histórico, das lutas pela liberdade, as grandes conquistas, entre outros, são formas de mostrar a cultura e a história negra pelo viés positivo, não apenas mostrar o negro como escravo e como subserviente aos seus senhores, assim como expõem a maioria dos livros didáticos.

Desta forma, na escola a melhor forma de mudar essa realidade é intervir pedagogicamente nas situações, sendo necessário que as instituições de ensino “[...] se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa.” (BRASIL.MEC. 2004, p.15). Somente assim poderão alcançar seu papel de educar.

Com relação às intervenções em sala de aula, a Professora D relata que diante das vivências enfrentadas,

Intervi de forma a trabalhar a questão, trazer as histórias, momentos de reflexão para que a criança perceba que a diversidade é algo legal e que as pessoas são incríveis, especiais e que devem ser respeitadas do jeito que são. Intervinho para que a criança entenda o que ela fez, não apenas pedir desculpas, mas refletir a situação. (PROFESSORA D, QUADRO 3, p. 59).

Cavalleiro (2000) defende que:

A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil – familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram muito sensíveis às influências externas, cujas marcas

podem determinar sérias consequências para a vida adulta. (CAVALLEIRO, 2000, p. 38).

Assim, as consequências das práticas preconceituosas no cotidiano escolar perpassam a escola e contribuem para a perpetuação de ideologias racistas na sociedade, fortalecendo as desigualdades raciais e formando indivíduos racistas que continuarão a praticar a discriminação entre seus pares e nos diversos ambientes de interação social.

Nessa categoria *Educação Infantil* procuramos relacionar as práticas e as experiências dos(as) professores(as) em Educação Étnico-Racial para o enfrentamento do preconceito racial na Educação Infantil. Assim, pudemos conhecer inicialmente um pouco das metodologias aplicadas pelas professoras para abordar a temática racial em suas salas de aulas, desenvolvendo a ludicidade, aspecto marcante da educação infantil. Foi possível também relacionar a educação infantil e as práticas preconceituosas a partir dos relatos de experiências vivenciadas pelas professoras sobre a reprodução de preconceitos raciais no ambiente escolar. É sabido de todos que, as crianças não têm maturidade para serem racistas, mas elas convivem diariamente em uma sociedade que está a todo o tempo discriminando, excluindo e marcando negativamente tantas vidas negras, daí a reprodução discriminatória contra negros/as. Chegamos aqui ao ponto da intervenção docente sobre essas situações.

Entendemos que a intervenção pedagógica é uma das formas possíveis de mudar a realidade das práticas preconceituosas, pois somente com o conhecimento acerca da História e Cultura Africana e Afro-brasileira é que será possível promover a quebra de preconceitos e estereótipos e o(a) professor(a) enquanto mediador do processo de conhecimento se torna responsável também, pela correção das posturas discriminatórias na escola, corrigindo-as de forma educativa e pautada nos princípios de valorização das diferenças e do respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, nos questionamos sobre como as práticas e as experiências de professores (as) da Educação Infantil são desenvolvidas numa perspectiva de Educação Étnico-Racial visando contribuir para o enfrentamento do preconceito racial na escola? Diante dos resultados obtidos na coleta de dados, concluímos que os(as) professores(as) estão trabalhando em prol da aplicabilidade da Lei Nº 10.639/03(BRASIL,2003) em suas salas de aulas, embora muitas vezes não atenda à coletividade e/ou interdisciplinaridade necessária para termos resultados e mudanças cada vez mais significativas, isso em virtude das circunstâncias em que os sistemas de ensino abordam a temática racial.

Compreendemos também que os estudos e as discussões ofertadas na formação inicial do pedagogo são fundamentais para que esses profissionais possam intervir pedagogicamente diante das situações de reprodução de preconceitos raciais na educação infantil. A formação inicial que contemple os conteúdos da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, apresente discussões e faça relações com o processo histórico e atual da nossa sociedade e das vivências diárias das escolas, certamente farão toda a diferença nas práticas pedagógicas dos(as) professoras(as).

Quando tratamos da Educação Infantil percebemos que as crianças não são preconceituosas, pois elas não tem a maturidade de saber o que a reprodução de suas ações pode causar na outra criança. Elas reproduzem preconceitos que vivenciam nas relações entre adultos nos vários espaços sociais que frequenta. Contudo, o espaço escolar infantil se torna um espaço privilegiado para que qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo possam ser ressignificadas por meio das ações pedagógicas dos professores(as). Valorizar a cultura, a beleza negra, suas raízes históricas, suas contribuições, os protagonistas das histórias reais e fictícias, tudo que possa contribuir para sua formação identitária negra e para o enfrentamento ao preconceito racial são ações de extrema importância.

Entendemos que os temas discutidos aqui não se esgotam nesse trabalho, que poderemos ter vários objetos para pesquisas futuras. Poderemos

refletir, por exemplo: O que ainda precisa ser feito para que a Lei Nº 10.639/03 seja aplicada com mais ênfase nas escolas? Como provocar as redes de ensino a promoverem ações coletivas junto a suas unidades no enfrentamento as diversas formas de discriminação? Como ressignificar a importância do PPP para a escola como um documento-base que deve abordar as propostas de trabalho com as questões raciais e envolver toda a comunidade escolar? Esses e outros questionamentos abrem um leque de opções para novas discussões tão importantes quanto a que foi desenvolvida nesse trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005 (Coleção Educação para todos).

_____. Educação, África e História e Cultura Afro-Brasileira. In: -- História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014 (p. 12-16).

_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 Acesso em 01 de jun. de 2021.

_____. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. In: BRANDÃO, Ana Paula. (Coord.). **Saberes e Fazeres, vol. 1: Modos de Ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 (A Cor da Cultura) (p. 82-95).

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. - In.: BRANDÃO, Ana Paula (Coord.). **Saberes e fazeres, v.1: Modos de Ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. (A Cor da Cultura) (p. 82-95).

DOMINGUES, Petrônio. Um “Templo de Luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016 (p. 329-362).

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: V. 35, n. 2, p. 57-63, abril 1995.

GOMES, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In.: **Práticas pedagógicas de**

trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC; Unesco, 2012 (p. 19-33).

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola.** 2.ed. Brasília: MEC/ Secretaria d Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.185- 204.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Altas 2003.

MARTINS, Roseli Figueiredo; MUNHOZ, Maria Letícia Puglisi. **Professora, Eu não quero brincar com aquela negrinha!** Vol. 5. São Paulo: MEC, 2007 (Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola).

MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola.** 2.ed. Brasília: MEC/ Secretaria d Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RODRIGUES FILHO, Guimes; BERNARDES, Vânia Aparecida Martins; NASCIMENTO, João Gabriel do. (Orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais:** outras perspectivas para o Brasil. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Educação Infantil. In.: BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

SANTOS, Ana Katia Alves dos. **Infância e afrodescendentes:** epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador. Editora EDUFBA, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos (Org.). **Percepções da Diferença.** Vol.1. São Paulo: MEC, 2007 (Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola).

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In.: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Coleção Educação para Todos).

UEPB. Centro de Humanidades. **Projeto Pedagógico De Curso Pedagogia – Licenciatura.** Campina Grande: EDUEPB, 2016.

APÊNDICES

QUADRO 2 - Perfil das professoras entrevistadas

Identificação:	Perfil:
PROFESSORA A	Professora de Escola Pública, 37 anos, formada em Pedagogia pela UEPB/Guarabira conclusão em 2016, Especialista, tendo atuação de nove anos na profissão e na escola atual três meses, localizada na cidade de Cuitegi/PB.
PROFESSORA B	Professora de Escola Pública, 40 anos, formada em Pedagogia pela UFPB conclusão em 2018, atuante há onze anos em sala de aula na cidade de Gurinhém/PB, há nove em Juarez Távora e atualmente há três meses na cidade de Cuitegi/PB.
PROFESSORA C	Professora de Escola Pública, formada em Letras pela UVA em 2014 e em Pedagogia pela UEPB/ Guarabira conclusão em 2012. Atuante há vinte e nove anos como docente e há cerca de três meses na escola atual na cidade de Cuitegi/PB.
PROFESSORA D	Professora de Escola Pública, 25 anos, formada em Pedagogia pela UEPB/Guarabira conclusão em 2019, atua há dois anos na profissão e na escola atual há cerca de três meses na cidade de Sapé/PB.

Fonte: A autora (2021)

QUADRO 3 – Transcrição das entrevistas

1. EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE	
1.1 Durante sua formação inicial houve disciplinas relacionadas à Educação Étnico-Racial?	A – Sim, foi muito rica para minha formação e atuação que envolve questões Étnicos racial.
	B – Não que eu me lembre.
	C – Sim
	D – Sim, houve sim a disciplina de Afro-descendentes que abriu muito meus olhos para essa questão étnico-racial. Eu achava que sabia de muitas coisas, mas depois dessa disciplina eu vi que tinha muita coisa para desconstruir em relação ao racismo, expressões que a gente usava no dia a dia e que eram racistas, as formas de tratar as crianças, muitas vezes a enxerga que trata as crianças pretas de um jeito e as crianças brancas de outro em sala de aula. Na decoração de sala de aula mesmo que a gente não vê crianças pretas, só crianças brancas, loirinhas, de olhos azuis. Nos livros didáticos também como as pessoas pretas são mostradas tudo isso a gente pôde analisar nessa disciplina e desconstruir muitas ideias que muitas vezes a gente não para pensar. Já tão acostumado, faz parte do nosso dia a dia que a gente não pensa que é racismo e acaba sendo na verdade.
1.2 Havia discussões de temáticas relacionadas às questões raciais mesmo sendo em eventos, em sala de aula ou em outros espaços acadêmicos?	A – Sim
	B – Havia eventualmente, em alguns trabalhos. Porém, não tinha a devida importância que o tema deve ter.
	C – Sim
	D – Sim. Havia também muitas discussões em eventos, na sala de aula, com minhas amigas, a gente discutia muito essas questões e tinham muitos eventos. Teve eventos homenageando Jackson do Pandeiro, Dandara.... então assim, a Universidade sempre proporcionou isso pra gente, esses momentos de construção de conhecimento e de desconstrução de ideias racistas que a gente tinha.
1.3 Nos planejamentos (anuais, semestrais, bimestrais) ofertados pela Equipe Pedagógica são abordados temas raciais ou discutidas	A – Não me recordo. Mas sei que a coordenação e alguns professores defendem e atuam com essa temática.
	B – Infelizmente, nas instituições que trabalhei há mais tempo, não houve essa oferta necessária de se trabalhar esse tema.

situações de preconceito racial vivenciadas em sala de aula? Se sim, quais são as sugestões de intervenção para o enfrentamento do preconceito?	C – Sim. Indicar alguns livros para pesquisa, alguns contos, indicação de vídeos, palestras, elaboração de projetos, etc.
	D – Aqui na rede municipal em que estou trabalho, não faz muito tempo, apenas 3 meses, mas eu até o momento eu não vi nenhuma discussão nos planejamentos sobre a temática étnico-racial. Aqui no município temos um Movimento Negro e ele tem recentemente, eu vi que eles fizeram uma parceria com a Secretaria de Educação, então acho que vêm coisas por aí, mas até o momento nos planejamentos que teve não houve a discussão da temática étnico-racial.
1.4 Existem propostas de projetos interdisciplinares em Educação Étnico-Racial em sua rede de ensino? Se sim, qual(is) e como acontece?	A – Como iniciei nesse município a pouco tempo, ainda estou conhecendo o projeto de lá que na verdade está sendo conversado para realizar a construção do novo PPP.
	B – Se existe, eu desconheço.
	C – Sim. Palestras, festivais de danças, peças teatrais.
	D – Não, não existe. Eu não conheço pelo menos. Mas acredito que vá ter pela questão citada antes da parceria da Secretaria com o Movimento Negro daqui.
1.5 Existe em sua rede de ensino algum documento norteador que abranja as questões étnico-raciais a exemplo do PPP?	A – Resposta na 1.4
	B – Infelizmente, nos PPPs não vejo muito a preocupação desta questão
	C – Não sei
	D – Aqui no PPP da escola que eu trabalho não tem essa questão, mas como a gente vai atualizar esse ano, então eu pretendo discutir essa questão, trazer a Educação Étnico-Racial para ser discutida e ser colocada no PPP da nossa escola até porque a escola uma grande parte das crianças e das famílias são pretas, então a gente precisa ter esse olhar para essas pessoas e para o preconceito que elas vivenciam e eu pretendo sim colocar essa discussão em jogo no dia do planejamento.
2. PRÁTICAS EM RELAÇÃO À APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/2003	
2.1 Você conhece a Lei nº 10.639/03 que trata sobre as questões raciais e versa sobre a	A – Sim
	B – Sim
	C – Sim, a lei veio valorizar a cultura africana, as diferenças entre povos e a construção da própria identidade.

<p>obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas?</p>	<p>D – Sim, conheço a Lei 10.639/2003. Conheci na Universidade na disciplina de Afro-descendentes e depois tive que estudar para concurso e tenho um pouquinho de conhecimento.</p>
<p>2.2 Já realizou algum projeto relacionado às questões raciais em sua escola e/ou sala de aula? Se sim, nos conte um pouco.</p>	<p>A – Sim, nunca esperei dia da consciência negra para aborda tal tema, Mas todo ano sempre insiro em meu planejamento contação de história, um dia estava no pátio da escola realizando uma colega perguntou se era dia da consciência negra. Através das histórias trabalha várias questões além do tema principal. Trazendo a valorização da pessoa humana não pela cor, mas pelo ser.</p> <p>B – Não</p> <p>C – Sim, contação de história, peça teatral, vídeos.</p> <p>D – Eu não sei se a escola que eu estou já realizou algum trabalho, algum projeto de questões raciais, mas eu pretendo sim sempre tá colocando essa pauta em discussão.</p>
<p>2.3 Sua escola trabalha datas comemorativas como 13 de maio e 20 de novembro? Se sim, de que maneira?</p>	<p>A – Esse ano apenas atividade impressa, devido o momento.</p> <p>B – As escolas não costumam trabalhar, mas eu na sala de aula acho importante se trabalhar sobre a história desse povo resistente, que lutou e ainda luta para viver com dignidade. Costumo levar vídeos, mostrar a contribuição deles para a nossa sociedade, e pedir que eles pesquisem e tragam para a sala de aula objetos, comidas, roupas, enfim, algo que mostre a riqueza cultural desse povo.</p> <p>C – Sim, 20 de novembro.</p> <p>D – A gente tem um calendário sociocultural e nesse calendário não tem o dia 13 de maio, uma coisa pra gente repensar e colocar né? O dia 20 de novembro tem uma semana inteira dedicada ao 20 de novembro e aí a gente vai planejar como trabalhar, eu já tenho minhas ideias, eu não quero trabalhar sem sentido, sem trazer mudança nenhuma, só falar da África, desenhar, pintar e só. Não, eu quero trazer coisas significativas que venham realmente trazer mudanças como a valorização das pessoas negras, a sua pele, seu jeito, da diversidade das pessoas pretas porque não existe só uma. Hoje em dia a gente vê muito uma valorização do cabelo cacheado, mas o cabelo crespo, por exemplo, ele ainda é muito desvalorizado, as pessoas sofrem muito, questões pra gente trabalhar. Trabalhar também o Continente Africano, que é um continente belíssimo que têm muitas riquezas e estamos</p>

	<p>acostumados a ver só o lado ruim que é a pobreza. Tem sim essa realidade, como todos os países e continentes têm, mas não é só isso. Contações de histórias, sempre busco trazer relações com essas questões, com personagens pretas. Valorizar mesmo e, inclusive valorizar a comunidade da escola que tem uma porcentagem muito grande de pessoas pretas.</p>
<p>2.4 De que forma você aplica a Educação para as Relações Étnico-Raciais diariamente em sua sala de aula? Conte-nos algumas ações, se houver.</p>	<p>A – - Contações de história. - Vídeos educativos. - Músicas. - Explorar brincadeiras, entre outros meios que possam evidenciar o tema.</p>
	<p>B – Não trabalho diariamente, mas quando trabalho, gosto de exibir vídeos que nos façam refletir a vida desses povos, a suas lutas diárias para a sobrevivência e a rica contribuição cultural deixadas por eles até os dias atuais.</p>
	<p>C – Diálogo sobre o respeito, valorização de si e do outro, roda de conversas, entre outros movimentos que promovam a igualdade.</p>
	<p>D – Eu trabalho a Educação Étnico-Racial em pequenos detalhes que para a gente não faz diferença, mas para a criança sim. Na minha decoração, se eu vou colocar crianças, então coloco crianças numa diversidade, crianças brancas, pretas, com deficiência. Trabalho histórias que tem personagens pretas e que essas personagens pretas sejam heroínas, que tenham papel de destaque na história. Inclusive eu contei uma história recentemente e não dizia se o menino era branco ou preto, mas quando fui montar os personagens da história acabei colocando crianças pretas para trazer essa representatividade para os meus educandos (as) que são pretas e também para que a gente trabalhe mais essa diversidade porque eu vejo muito personagens loirinhos, de olhos azuis e eu não vejo crianças pretas. Trabalhei também os membros do corpo e aí eu coloquei um corpinho preto. Então eu fico sempre pensando nessa representatividade que a minha turma a maioria é preta.</p>
<p>2. PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO RACIAL</p>	
<p>3.1 Como você entende a relação da educação infantil com as práticas</p>	<p>A – Compreendo que faz parte do meio de convivência da criança, porém não podemos naturalizar e sim desconstruir.</p>
	<p>B – Existe sim. Nossa sociedade é muito</p>

<p>preconceituosas? Se existe, se não, como acontece...</p>	<p>preconceituosa e isso reflete em nossos alunos.</p> <p>C – Entendo que na Educação Infantil às vezes as crianças manifestam a prática preconceituosa, muitas vezes por já vivenciarem em casa ou por alguém da família.</p> <p>D – Na educação infantil eu percebo que alguns docentes têm um pouco de (não sei bem a palavra) eu não vejo o mesmo carinho com a criança branca e com a criança preta, é um pouco diferente esse tratamento e as crianças não são racistas, elas aprendem a ser, elas aprendem em casa, na escola, em outros ambientes que ela vive e elas acabam repercutindo isso em sala de aula. Na minha sala de aula se isso acontecer e, algumas vezes aconteceram da criança chamar a outra de cabelo ruim, de dizer que o beijo grande, de uma forma para atingir a criança, para machucá-la e eu sempre intervenho para que ela entenda que existe uma diversidade de pessoas e que cada uma é bonito (a) da sua forma e que a gente deve respeitar todas as diversidades de seres humanos. E é uma das questões que eu trabalho com minhas crianças, a diversidade. O quanto a diversidade é boa, não como algo ruim, esquisito.</p> <p>Existe sim na Educação Infantil, mas é porque as crianças já trazem de outros espaços e, inclusive do espaço escolar também. Existe a parte do profissional que trabalha lá e trata muitas vezes a criança mais clarinha com mais atenção, como se ela fosse a mais inteligente e quando é com uma criança preta é bem diferente, não existe o carinho, a troca, e o pensar que aquela criança não pode ir longe.</p> <p>Em minha sala de aula tento trabalhar muito a sensibilidade porque eu sei da luta, do sofrimento dessas pessoas até hoje.</p>
<p>3.2 Você já presenciou situações de reprodução de preconceitos em sua sala de aula? Se sim, qual foi a situação?</p>	<p>A – Sim, uma colega não queria ser amiga da outra, e ainda dizia que a criança era feia. Assim como vi uma auxiliar de serviço olhando fazendo desdenho para a criança negra.</p> <p>B – Sim. E veio de uma criança negra que chamou o seu coleguinha de “macaco”. Fiquei triste porque eu sei que aquela criança certamente já teria ouvido alguém falar isso com ela, e ela apenas reproduziu. Mostrei para eles que deveríamos nos respeitar independentemente de cor, e que nós devemos ter empatia pelo outro, nos colocar no lugar do outro.</p> <p>C – Não</p>

	D – Citadas acima.
3.3 Em situações de preconceito vivenciadas por você em sala de aula, qual sua reação?	A – As que já mencionei, tratei de conversar, e ficar mais atento, já mais poderia me calar diante de tal situação, é claro que a adulta em questão disse que não era dada disso, e a criança aos poucos foi compreendendo que nas veias dela corria sangue negro, assim somos todos iguais. Embora a sociedade não aceite.
	B – Busco mostrar que todos nós precisamos nos respeitar, e que o preconceito dói muito, principalmente quem está sendo a vítima.
	C – Em situações de preconceito ficaria chocada no momento, porém conversaria sobre a importância de respeitar um ao outro, também planejaria ações que viesse quebrar os estigmas de preconceitos dentro e fora da sala de aula.
	D – Intervi de forma a trabalhar a questão, trazer as histórias, momentos de reflexão para que a criança perceba que a diversidade é algo legal e que as pessoas são incríveis, especiais e que devem ser respeitadas do jeito que são. Intervento para que a criança entenda o que ela fez, não apenas pedir desculpas, mas refletir a situação.
3.4 De que forma você acredita ser a melhor maneira para intervir diante das situações de preconceito em sala de aula?	A – Conversando sempre. Não adianta entrar no calor da emoção. Depois entra com recursos educativos.
	B – Em minha opinião, a melhor maneira é fazer o colega se colocar no lugar do outro que sofreu o preconceito. E falar sempre do respeito pelo próximo independente de qualquer coisa.
	C – A melhor maneira é lançar debate sobre o assunto, planejar junto com todo corpo que compõe a escola, família. Desenvolver sempre situações que desperte na criança de forma ética, a compreensão de valores.
	D – Citadas acima.
3.5 Como você analisa sua prática docente em relação as suas experiências de formação em Educação Étnico-Racial?	A – Penso que ainda tenho muito o que aprender, porém diante da minha humilde experiência e formação, sei que nunca deixarei de calar diante de qualquer situação que envolva qualquer questão que desrespeite a pessoa humana.
	B – Não me sinto satisfeita, preciso me qualificar mais em relação a minha formação em Educação Étnico-Racial.
	C – Analiso que devo estar sempre buscando o conhecimento dentro dessa temática para abordar o assunto tão polêmico caso venha surgir futuramente em minha prática pedagógica. Devo me sentir segura para sanar com ações e

	<p>procedimentos adequados.</p> <p>D – A minha formação, essa disciplina (Educação de Afro-descendentes) foi muito importante para essa visão que eu tenho hoje. Se eu não tivesse tido, talvez eu não teria esse pensamento de sempre tá olhando as histórias que eu trago, as personagens que eu trago, a minha declaração em sala de aula, a forma como eu falo, que tão sempre carregadas de muito preconceito, de muito racismo, hoje em dia eu tenho muito cuidado, então isso é muito importante pra mim, ter essa visão mais sensível e mais clara sobre a situação das pessoas pretas no Brasil e ter esse olhar para as minhas crianças, já que vivendo em sociedade a gente acaba internalizando muita coisa como natural e que não são. Então, a formação foi muito importante e me faz ter vontade de sempre tá aprendendo mais. Estou sempre participando de eventos, vendo palestras relacionadas a essas questões, lendo livros, para que eu possa melhorar as minhas práticas que ela seja cada vez mais menos preconceituosas, menos racistas e que eu consiga trabalhar na minha escola, na minha sala de aula e com as minhas crianças essa questão da diversidade como algo bom, construtivo e que elas consigam conviver em harmonia com todas as pessoas, com todas as etnias.</p>
--	---

Fonte: A autora (2021)